

**Atividade Científica decorrente da Dissertação de Mestrado
Universidad Del Sol – UNADES - Paraguai**

RICARDO BOCASANTA

**PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - ESCOLA VISCONDE DE CAIRU-
LAGES (SC)**

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao Programa de Pós-Graduação em **Ciências da Educação da UNADES - Paraguai**. Área de concentração: **Educação**. Curso de Mestrado em Ciências da Educação.

Período: julho/2022 a janeiro/2025

Orientador(a): Prof. Dra. María Elba Medina Barrios

RESUMO

A relevância deste estudo está na necessidade de compreender o papel da Educação Ambiental em uma sociedade marcada pelo consumismo e pela degradação ambiental. Diante da crise planetária e da limitada cultura de preservação entre governantes e cidadãos, a escola surge como espaço estratégico para a formação de sujeitos conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as concepções e dificuldades de professores, gestores e alunos quanto à implantação da Educação Ambiental e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem na EEB Visconde de Cairu, em Lages (SC). Com 48 participantes, a investigação combinou abordagens qualitativa e quantitativa, por meio de entrevistas e questionários on-line. Os resultados revelaram desafios para a efetivação da temática no cotidiano escolar, mas também indicaram que estratégias como projetos, debates e atividades práticas ampliam o engajamento dos estudantes e fortalecem sua atuação como agentes de transformação.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Meio ambiente. Ensino. Educação.

**ENVIRONMENTAL EDUCATION PRACTICES - VISCONDE DE CAIRU SCHOOL
- LAGES (SC)**

ABSTRACT

The relevance of this study lies in the need to understand the role of Environmental Education in a society marked by consumerism and environmental degradation. In the face of a planetary crisis and a limited culture of preservation among governments and citizens, the school emerges as a strategic space for the formation of environmentally conscious and socially responsible individuals. This research

aimed to analyze the conceptions and difficulties of teachers, administrators, and students regarding the implementation of Environmental Education and its implications for the teaching and learning process at EEB Visconde de Cairu, in Lages (SC). With 48 participants, the study combined qualitative and quantitative approaches, using interviews and online questionnaires. The results revealed challenges in the effective implementation of the theme in the school's routine, but also highlighted that strategies such as projects, debates, and practical activities increase student engagement and strengthen their role as agents of transformation.

Keywords: Environmental Education. Environment. Teaching. Education.

PRÁCTICAS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL - ESCUELA VISCONDE DE CAIRU - LAGES (SC)

RESUMEN

La relevancia de este estudio radica en la necesidad de comprender el papel de la Educación Ambiental en una sociedad marcada por el consumismo y la degradación ambiental. Ante la crisis planetaria y la limitada cultura de preservación entre los gobiernos y la ciudadanía, la escuela se presenta como un espacio estratégico para la formación de sujetos conscientes y comprometidos con la sostenibilidad. Esta investigación tuvo como objetivo analizar las concepciones y dificultades de docentes, gestores y estudiantes en relación con la implementación de la Educación Ambiental y sus implicaciones en el proceso de enseñanza-aprendizaje en la EEB Visconde de Cairu, en Lages (SC). Con 48 participantes, el estudio combinó enfoques cualitativos y cuantitativos, utilizando entrevistas y cuestionarios en línea. Los resultados revelaron desafíos en la incorporación efectiva del tema en la rutina escolar, pero también mostraron que estrategias como proyectos, debates y actividades prácticas aumentan el compromiso de los estudiantes y refuerzan su papel como agentes de transformación.

Palabras clave: Educación Ambiental. Medio ambiente. Enseñanza. Educación.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou compreender como a Educação Ambiental pode ser efetivamente incorporada ao cotidiano escolar como prática pedagógica transformadora. Desenvolvida na Escola de Educação Básica Visconde de Cairu, em Lages (SC), a investigação responde à urgência de se formar cidadãos conscientes frente à crise ambiental global e ao contexto de uma sociedade de consumo que, frequentemente, negligencia a preservação do planeta (JACOBI, 2003; UNESCO, 2005). A relevância do estudo se ancora na constatação de que, mesmo com amparo legal garantido pela Lei nº 9.795/99 e diretrizes curriculares nacionais, ainda são muitas as barreiras enfrentadas por professores e gestores na implementação da Educação Ambiental nas escolas (BRASIL, 1999; DIAS, 1992).

A pesquisa se desenvolveu a partir da análise das concepções e dificuldades enfrentadas

por professores, alunos e gestores da escola investigada quanto à inserção das práticas ambientais no processo de ensino-aprendizagem. Fundamentada em autores como Freire (1996), Loureiro (2006) e Carvalho (2008), a proposta reconhece a Educação Ambiental como uma prática educativa contínua, interdisciplinar e ética, que deve promover o engajamento social e o desenvolvimento de valores críticos em relação à sociedade-natureza.

A opção por integrar métodos qualitativos e quantitativos não se deu por conveniência, mas pela necessidade de captar a complexidade da realidade escolar investigada. Ao articular entrevistas e questionários, a pesquisa buscou compreender não apenas percepções e experiências, mas também contradições e potencialidades no cotidiano da escola. Inserida em um território marcado por vulnerabilidades sociais e ambientais, a instituição analisada oferece condições para ações pedagógicas concretas que desafiem a distância entre discurso e prática – desafio que, como propõe Demo (2007), só pode ser enfrentado a partir de uma postura investigativa e crítica do educador.

A motivação que sustenta este estudo não é apenas teórica, mas atravessada por experiências vividas junto à natureza e ao chão da escola pública. Tal percurso favoreceu uma percepção crítica sobre os limites da abordagem tradicional à temática ambiental. Ao constatar, no exercício profissional, a distância entre os conteúdos ensinados e a realidade dos estudantes, emergiu a urgência de práticas pedagógicas que acolham a experiência como fonte legítima de saber e como condição para o engajamento ecológico. Essa inflexão exige, como propõe Sorrentino (2002), que a escola se reconheça como espaço político de formação cidadã e ecológica.

Este trabalho partiu da compreensão de que a mera inserção pontual de temas ambientais no currículo não basta. Investigar as barreiras e potencialidades da Educação Ambiental nas escolas significa também propor práticas pedagógicas que não apenas informem, mas que mobilizem criticamente os sujeitos. Inspirado em Demo (1996), que compreende o professor como pesquisador e transformador da realidade, o estudo pretendeu contribuir com reflexões e propostas que consolidem a sustentabilidade como eixo estruturante da formação escolar, rompendo com o modelo tecnicista ainda hegemônico.

Objetivo Geral

Analisar as concepções e dificuldades dos professores, gestores e alunos referente a

implantação da educação ambiental e suas implicações no processo de ensino aprendizagem na EEB Visconde de Cairu, em Lage – SC.

Objetivos específicos

- Levantar o perfil formativo e as competências dos professores atuantes na escola pesquisada;
- Conhecer as orientações do Projeto Político Pedagógico – PPP – para as práticas ambientais na EEB Visconde de Cairu, em Lage – SC;
- Investigar as concepções e dificuldades dos professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio referentes as práticas ambientais no processo de ensino aprendizagem na escola pesquisada;
- Caracterizar as tensões dos gestores em relação a implantação das práticas ambientais na escola.

Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica mista, integrando estratégias qualitativas e quantitativas com o objetivo de compreender, de forma aprofundada, como professores, gestores e alunos percebem e vivenciam a Educação Ambiental na escola. Inspirada em uma perspectiva crítica, a investigação seguiu os princípios da pesquisa exploratória, descritiva e do estudo de caso, possibilitando a construção de uma análise sensível às particularidades do contexto escolar. Essa escolha metodológica dialoga com a concepção de Demo (2007), que defende uma educação orientada pela pesquisa, capaz de articular reflexão, prática e transformação social.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se entrevistas semiestruturadas direcionadas a professores e gestores, além de questionários aplicados aos alunos do Ensino Fundamental II. As questões abertas e fechadas possibilitaram captar tanto opiniões objetivas quanto as subjetividades dos participantes, revelando suas concepções, experiências e dificuldades no que se refere às práticas ambientais na escola. Essa escuta ativa, sustentada pelo diálogo, reflete os princípios de Freire (2005), ao reconhecer o educando e o educador como

sujeitos do processo de conhecimento.

Na etapa analítica, optou-se por entrelaçar o tratamento estatístico dos dados com a escuta atenta das narrativas produzidas pelos sujeitos. Longe de uma análise meramente técnica, buscou-se extrair das falas – espontâneas ou provocadas – categorias que revelassem tanto os sentidos atribuídos à Educação Ambiental quanto as contradições que atravessam sua prática escolar. Ao articular essas dimensões, a pesquisa reafirma o compromisso com metodologias que se posicionem politicamente diante da realidade e reconheçam a educação como prática formadora de sujeitos críticos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: caminhos históricos e tendências contemporâneas

A Educação Ambiental (EA) possui uma trajetória marcada por avanços conceituais e políticos, que refletem as transformações sociais e ecológicas enfrentadas pelas sociedades modernas. O capítulo aponta que, a partir da década de 1970, o debate sobre a sustentabilidade passou a ocupar espaço nos fóruns internacionais, a exemplo da Conferência de Estocolmo (1972) e da Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977), que estabeleceram as primeiras diretrizes pedagógicas para a EA no mundo (LEFF, 2004; UNESCO, 2005). No Brasil, a consolidação do tema nas políticas educacionais ocorre com maior força nos anos 1990, sobretudo com a promulgação da LDB/1996 e da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), que estabelece a obrigatoriedade da EA em todos os níveis e modalidades de ensino (Brasil, 1999).

Historicamente, o campo da EA se fortalece como resposta à degradação ambiental crescente, impulsionada pelo modelo capitalista de desenvolvimento e pelos padrões de consumo insustentáveis. Segundo Carvalho (2008), a educação ambiental deve fomentar uma ética do cuidado e da responsabilidade ecológica, que ultrapasse a mera transmissão de conteúdos. Para tanto, é necessário que os sujeitos construam uma nova relação com o ambiente, pautada na sensibilidade, no afeto e na ação transformadora. Ao lado disso, Sauv   (2005) destaca a importância de compreender o meio ambiente n   apenas como recurso, mas como território de vida, diversidade e interdependência, defendendo uma abordagem educativa que seja crítica, participativa e situada.

A EA, nesse sentido,    desafiada a se distanciar de práticas instrucionistas ou pontuais e a integrar-se de forma transversal e interdisciplinar ao currículo escolar. Layrargues (2012)

observa que a eficácia dessa integração depende de uma mudança de paradigma educacional, que reconheça a complexidade dos problemas socioambientais e promova o engajamento coletivo. Assim, o processo educativo deve mobilizar tanto saberes científicos quanto os saberes locais, estimulando o pensamento crítico e o protagonismo dos estudantes nas decisões que envolvem o futuro da vida no planeta.

Além da análise histórica e conceitual, ressalta a importância das políticas públicas como instrumento estruturante da EA no Brasil. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada pelos artigos 10 e 11 da Lei nº 9.795/99, prevê a EA como prática permanente, contínua e articulada ao projeto pedagógico das instituições (BRASIL, 1999). Essa legislação impulsiona a atuação dos sistemas de ensino no desenvolvimento de ações integradas entre escola, comunidade e meio ambiente, embora os desafios de efetivação ainda sejam grandes. De acordo com Philippi e Pelicioni (2014), a transversalidade da EA requer a superação da fragmentação curricular, bem como o investimento na formação docente para atuação com sensibilidade ética e justiça socioambiental.

A Agenda 2030, proposta pelos Estados-Membros da ONU, também é abordada no capítulo como marco global que reposiciona a EA no centro das políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento sustentável. Nessa agenda, a educação é tratada como motor essencial para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais dependem da formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a transformação social (SAUVÉ, 2007). Esse alinhamento entre as diretrizes globais e nacionais reforça a necessidade de ações pedagógicas que dialoguem com as realidades locais, promovendo intervenções significativas e territorializadas.

No contexto específico de Santa Catarina, a dissertação apresenta o panorama das políticas estaduais voltadas à EA, destacando a atuação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) e da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Embora existam marcos legais e programas como o ProEEA e o Programa Estadual de Educação Ambiental (PEEA), ainda é perceptível o descompasso entre planejamento e execução. Segundo Carvalho et al. (2016), a transformação real da escola como espaço educador sustentável exige o reconhecimento das condições socioterritoriais e o envolvimento da comunidade escolar como agente ativo de mudança.

Mais do que um componente curricular, a Educação Ambiental precisa ser reconhecida como prática social situada e politicamente orientada. Inserida nas contradições dos territórios e

na tensão entre interesses locais e globais, sua efetividade depende de um projeto pedagógico que articule afetividade, criticidade e ação. Sauv  (2007) acerta ao afirmar que não haverá sustentabilidade possível sem uma educação que forme sujeitos capazes de compreender e intervir no mundo a partir de uma perspectiva  tica, histórica e ecológica.

Resultados

A análise dos dados revelou percepções distintas entre professores, gestores e alunos sobre a presença e efetividade da Educação Ambiental (EA) na escola pesquisada. De maneira geral, os professores reconhecem a importância da temática, mas enfrentam dificuldades na sua aplicação cotidiana, sobretudo pela falta de formação continuada e pela ausência de planejamento pedagógico que contemple a transversalidade da EA. Conforme aponta Gallo (2001), essa dificuldade está relacionada ao desconhecimento da proposta interdisciplinar exigida para o trabalho com temas transversais. A EA, muitas vezes, acaba sendo tratada de forma isolada, desconectada das práticas escolares concretas e dos conteúdos curriculares.

Os gestores, por sua vez, demonstram preocupação com a implementação da EA, reconhecendo seu potencial para promover mudanças nas atitudes e comportamentos dos estudantes. Contudo, também relatam entraves institucionais, como a falta de recursos, apoio técnico e tempo para articulações mais efetivas. Para Philippi e Pelicioni (2014), a promoção da sustentabilidade exige uma atuação articulada entre diferentes agentes escolares, o que nem sempre   viável diante das limitações estruturais e da fragmentação das políticas públicas.

Entre os alunos, os dados indicam uma compreensão crescente da importância de preservar o meio ambiente, principalmente quando participam de projetos ou atividades práticas, como hortas escolares, trilhas e ações de reciclagem. A maioria dos estudantes afirma que essas experiências ampliam sua consciência ambiental e incentivam mudanças de atitude dentro e fora da escola. Essa constatação reforça a perspectiva de Sauv  (2005), segundo a qual a EA deve estar ligada à vivência, ao cotidiano e   afetividade, permitindo ao educando perceber-se como parte do ambiente e agente de transformação.

As práticas escolares, quando bem articuladas, revelam potencialidades significativas. Projetos desenvolvidos na escola, como os de paisagismo, horta orgânica e trilhas ecológicas, são percebidos pelos alunos como experiências que ampliam a aprendizagem e fortalecem o vínculo com a natureza. Esses resultados corroboram a defesa de Carvalho (2008), que

compreende a EA como um processo formativo capaz de provocar novas condutas e valores. No entanto, a continuidade dessas ações ainda depende da iniciativa de poucos professores engajados, o que aponta para a fragilidade institucional da temática no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Por fim, os dados mostraram que a EA, quando realizada de forma integrada e significativa, fortalece o protagonismo estudantil, a construção da cidadania e a criticidade diante dos problemas socioambientais. No entanto, sua efetividade ainda esbarra em um modelo educacional que privilegia conteúdos estanques e avaliação tradicional. Para superar esse cenário, é fundamental investir na formação docente, no fortalecimento dos projetos escolares e na consolidação da EA como eixo estruturante do currículo. Como defende Freire (1996), somente por meio de uma prática educativa libertadora é possível formar sujeitos conscientes, críticos e comprometidos com a transformação social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a permanência da Educação Ambiental como eixo periférico do currículo não decorre da falta de interesse dos atores escolares, mas da ausência de um projeto institucional que a reconheça como prioridade. Embora professores, estudantes e gestores demonstrem disposição para atuar com a temática, a desarticulação entre práticas isoladas e o Projeto Político-Pedagógico enfraquece sua efetividade. A transformação desse quadro exige mais do que boa vontade: requer compromisso político e reformulações estruturais.

Os dados empíricos também confirmam que, quando inserida de forma concreta e sensível, a Educação Ambiental mobiliza os estudantes, favorece a aprendizagem significativa e amplia a consciência crítica. No entanto, depender apenas do protagonismo de poucos educadores engajados é uma fragilidade que compromete a continuidade dessas ações. A institucionalização da temática é condição para consolidar sua presença no cotidiano escolar.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, também ficou evidente que muitos profissionais da educação têm interesse em trabalhar com temas ambientais, mas encontram limitações, como a falta de formação continuada, tempo e recursos. O desafio, portanto, é transformar esse interesse em ação concreta, por meio de políticas de formação mais efetivas e do fortalecimento da cultura escolar voltada à sustentabilidade. A Educação Ambiental só

ganhará o espaço que merece se for vista como prioridade pelas instituições escolares e por todos os envolvidos no processo educativo.

Por fim, a realização desta pesquisa não apenas possibilitou uma análise crítica sobre a realidade da escola pesquisada, mas também reafirmou a convicção de que é possível transformar a educação por meio do compromisso com a vida, com a justiça social e com o planeta. A Educação Ambiental precisa ser cotidiana, vivencial e conectada com o território dos estudantes. Essa é a única forma de formar cidadãos conscientes, capazes de agir com responsabilidade e de promover transformações que beneficiem a coletividade e as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais – Meio Ambiente.** Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CARVALHO, I. C. M. de. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** Cortez, 2008.
- CARVALHO, L. M. et. al. **Projeto A Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmicas (dissertações e teses).** Rio Claro: Unesp/Unicamp/USP/UFSscar, 2016.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** Cortez, 1996.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** Gaia, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALLO, S. **Educação e transversalidade: entre o discurso e a prática.** São Paulo: Cortez, 2001.
- JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, 2003.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. Cortez, 2006.

PHILIPPI Jr., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2014.

SAUVÉ, L. L'équivoque du développement durable. **Chemin de Traverse**, n. 4, p. 31-47, 2007.

SAUVÉ, L. Perspectivas curriculares e pedagógicas da educação ambiental. In: LAYRARGUES, P. P. (org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2005.

SORRENTINO, M. **Educação ambiental como política pública**. Cortez, 2002.

UNESCO. **Estratégia da Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)**. Paris, 2005.